

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
CNPJ 85.778.074/0001-06 - NIRE 42300008478
COMPANHIA ABERTA - RIO DO SUL – SC

PROPOSTA A SER SUBMETIDA À AGO/AGE EM 30/04/2026

Senhores Acionistas,

O Conselho de Administração da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. vem apresentar aos Senhores Acionistas as seguintes **PROPOSTAS**, a ser objeto de deliberação em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril das 2026 às 14 horas. Todos os valores são informados em R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

Em AGO:

1. **Análise, discussão e aprovação do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025**, enviado à CVM e B3 por meio de sistema eletrônico, no dia 31 de março de 2026 e publicado no Jornal Diário do Alto Vale no dia 31 de março de 2026.
2. **Destinação do resultado do exercício**: a Companhia apresenta as informações indicadas no Anexo A da Instrução CVM Nº 81/22, que destina os lucros acumulados conforme a composição abaixo em R\$:

Reservas de incentivos fiscais	10.750.791
Reserva legal	2.701.415
Reservas de lucro a disposição da assembleia	37.475.078
Dividendos Intermediários – Já distribuídos*	13.851.816
TOTAL	64.779.100

Proposta a ser deliberada em AGO:

Reservas de incentivos fiscais	10.750.791
Reserva legal	2.701.415
Reserva para Investimentos e Capital de Giro	37.475.078
Dividendos Intermediários – Já distribuídos*	13.851.816
TOTAL	64.779.100

*Os dividendos intermediários já distribuídos no montante de R\$ 13.851.816 são imputados ao dividendo obrigatório mínimo do exercício, nos termos dos artigos 202 e 204 da Lei nº 6.404/76, encontrando-se, dessa forma, integralmente atendido o dividendo obrigatório.

3. **Fixação da remuneração global dos Administradores**: a proposta para remuneração dos administradores no ano de 2026 em R\$, está assim composta:

Diretoria (global)	3.818.084
Conselheiros (global)	4.354.265
TOTAL	8.172.349

No ano de 2025, a remuneração em R\$ ficou assim composta:

Diretoria (global)	3.283.180
Conselheiros (global)	4.154.907
TOTAL	7.438.087

4. **Aprovação do Orçamento do Capital para o exercício de 2026:** o plano de investimentos / orçamento do capital para 2026, está assim composto:

(A) Investimentos em imobilizado previstos	38.900
- Máquinas, equipamentos, instalações e dispositivos	35.155
- Edifícios e Dependências	3.745
(B) Intangível	3.017
- Softwares	3.017
Total de investimentos previstos (A + B)	41.917
Fonte de recursos	41.917
- Próprios (Capital de Giro)	17.957
- Terceiros (Financiamentos)	23.960

- 5 **Reeleição de 3 membros do Conselho Fiscal**, sendo candidatos pelos controladores, os seguintes:

(i) **ALDO KAESTNER** – brasileiro, Administrador de Empresas, inscrito no CPF sob o nº 564.294.369-34.

Suplente: Cesar Machado – brasileiro, Contador, inscrito no CPF sob o nº 358.719.979-53.

ii) **MATHEUS ERUSTES DOMINGUES**, brasileiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 411.388.688-17.

Suplente: Igor Galiano Aguiar – brasileiro, economista, inscrito no CPF sob o nº 475.581.928-89

Pelos Minoritários:

(iii) **Fernanda Helena Carvalho Gonçalves Da Silva** – brasileira, advogada, inscrita no CPF sob o nº 109.794.457-36.

Suplente: GISÉLIA SILVA, brasileira, advogada, inscrito no CPF sob o nº 390.708.590-68.

6. **Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal**, nos termos do art. 162, §3º da Lei nº 6.404/76.

Em AGE:

1. **Aprovação da Imputação de dividendos intermediários:** A companhia imputará na integralidade dos dividendos intermediários já pagos no valor total de R\$ 13.851.816 conforme deliberado na AGE realizada em 17/12/2025 ao dividendo obrigatório mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, nos termos dos artigos

202 e 204 da Lei nº 6.404/76, restando integralmente atendido o dividendo obrigatório, não havendo valores adicionais a serem distribuídos.

O valor de dividendos pagos por ação foi o seguinte:

Recebimento de dividendos Base de Cálculo percentual de 100%

Tipo de Ação	Quantidade	Valor Bruto por Ação	Valor Bruto
ON	3.576.903	2,1220768089	7.590.463
PN	2.495.225	2,5093340525	6.261.353
TOTAL	6.072.128	-	13.851.816

2. **Proposta para Aumento do capital social** de R\$ 80.371.785,20 para R\$ 99.109.324,20, mediante a capitalização de Reservas para Investimentos e capital de giro, sem emissão de novas ações, com consequente alteração do art. 5º do estatuto social.
3. **Proposta para Aumento da Reserva de Investimentos e Capital de Giro** no montante de R\$ 61.634.246,19, correspondente ao saldo remanescente de exercícios anteriores, totalizando a quantia de R\$ 99.109.324,19.
4. **Proposta para deliberar o encerramento das atividades da filial inscrita no CNPJ 85.778.074/0004-59**, situada na Est. Via Paredão, Bairro Paredão, na cidade de São Cristovão do Sul – SC.
5. **Proposta para deliberar a inclusão de CNAE para prestação de serviços:**
3314-7/13 Manutenção e reparação de máquinas ferramenta;
2539-0/01 Serviços de usinagem, tornearia e solda;
7120-1/00 Testes e análises técnicas;
1813-0/99 Impressão de material para outros usos.
6. **Proposta para Alteração no Estatuto Social com a inclusão do capítulo VIII – Das Regras de Governança e Conflito de Interesses, com a seguinte redação:**

CAPÍTULO VIII

DAS REGRAS DE GOVERNANÇA E CONFLITO DE INTERESSES

Artigo 34 – Do Conflito de Interesses

Os administradores, membros do Conselho Fiscal e acionistas deverão exercer seus direitos e funções com lealdade à Companhia e com independência de julgamento, no interesse social, sendo vedada a participação em deliberações nas quais possuam interesse conflitante, direto ou indireto.

Parágrafo Primeiro – Considera-se caracterizado o conflito de interesses sempre que a pessoa envolvida tiver interesse particular ou esteja sujeita a influência que possa comprometer, ainda que potencialmente, sua autonomia de decisão em relação à matéria submetida à deliberação.

Parágrafo Segundo – O conflito de interesses deverá ser declarado de forma imediata e transparente, cabendo à pessoa impedida se abster de participar das discussões e deliberações relativas à matéria.

Parágrafo Terceiro – Considera-se igualmente caracterizado o conflito de interesses quando a atuação do agente decorrer de alinhamento, orientação, coordenação ou influência relevante de terceiro cujos interesses possam divergir, ainda que parcialmente, dos interesses da Companhia.

Parágrafo Quarto – Os membros dos órgãos de administração e fiscalização deverão exercer suas funções em caráter independente, sendo vedada a atuação como representante formal ou informal de interesses específicos de acionistas, grupos de acionistas ou terceiros.

Parágrafo Quinto – Verificada a existência de conflito de interesses em relação a determinado tema, o impedimento do agente poderá se estender às matérias conexas ou correlatas, sempre que houver risco de comprometimento da independência de julgamento.

Parágrafo Sexto – A ausência de declaração do conflito não impede o reconhecimento do impedimento, podendo qualquer membro do órgão ou acionista suscitar a questão, cabendo ao respectivo colegiado deliberar sobre o impedimento.

Parágrafo Sétimo – A pessoa impedida não será computada para fins de quórum na deliberação da matéria específica, sendo desconsiderados eventuais votos proferidos em situação de conflito de interesses.

Parágrafo Oitavo – O afastamento da pessoa impedida, bem como as circunstâncias que caracterizem o conflito de interesses, deverão constar expressamente da ata da reunião ou assembleia.

Artigo 35 – Das Transações com Partes Relacionadas

A Companhia poderá realizar transações com partes relacionadas, observados os princípios da comutatividade, transparência e interesse social.

Parágrafo Primeiro – As transações com partes relacionadas que envolvam potencial conflito de interesses ou relevância econômica deverão ser submetidas à apreciação do Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – O Conselho de Administração poderá exigir a apresentação de informações adicionais, inclusive laudos independentes ou referências de mercado, sempre que entender necessário à adequada avaliação da operação.

Parágrafo Terceiro – Aplicam-se às transações com partes relacionadas as regras de conflito de interesses previstas no Artigo 34 deste Estatuto.

Em razão da inclusão do novo Capítulo VIII, e com sua eventual aprovação ficam renumerados os dispositivos subsequentes do Estatuto Social, nos seguintes termos:

O atual Capítulo VIII – Das Disposições Gerais e Transitórias passa a ser Capítulo IX – Das Disposições Gerais e Transitórias;

O atual Artigo 34 passa a ser Artigo 36;

O atual Artigo 35 passa a ser Artigo 37.

Permanecerão inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições do Estatuto Social que não tenham sido expressamente modificadas pela presente deliberação.

Colocamo-nos à disposição para dirimir quaisquer dúvidas existentes.

Atenciosamente,

Ornelio Guilmar Kleber
Diretor de Relações com Investidores

ANEXO I

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Formulário de Referência

**Conforme Anexo C da Resolução Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)
Nº 80, de 29 de março de 2022 (“Instrução CVM 80”)**

Data base: 31 de dezembro de 2025

2. Comentários dos diretores:

2.1. Comentários sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos.

Nos exercícios de 2025, 2024 e 2023 a Companhia registrou, respectivamente, lucro de R\$ 64.450 Mil, lucro de R\$ 58.562 Mil, lucro de R\$ 54.243 Mil. A geração de caixa operacional, medida pelo EBITDA, foi, respectivamente, de R\$ 101.712 Mil, R\$ 91.312 Mil, R\$ 93.219 Mil, nos mesmos períodos.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa e patrimônio líquido, compreendendo o capital social.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria trabalha com o compromisso de manter o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia pautando seus projetos de crescimento em sua geração de caixa.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Os recursos necessários para capital de giro e aplicação em ativos não-circulantes são gerados pela própria atividade operacional, como também, captados em instituições financeiras com as quais a companhia mantém negócios.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Além das modalidades de créditos mencionadas no item anterior, a Companhia dispõe de outras linhas de crédito ofertadas pelos bancos, dentre elas temos: ACC, ACE, CDC, CCB. A companhia também está exercendo esforços em busca de linhas de financiamento de longo prazo, que permitam o alongamento geral de seu perfil de endividamento, visando com isto uma melhor condição de caixa.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Controladora e Consolidado				
Modalidade	Juros mensal	Garantias	31/12/2025	31/12/2024
Finame	0,57% a 0,59% ao mês + TJLP	Alienação Fiduciária	7.853	9.698
ACC	0,53% ao mês	Alienação Fiduciária	313	743
Finep	0,55% ao mês + TR	Alienação Fiduciária	3.947	4.008
BNDES Brasil Soberano	0,42% ao mês	Alienação Fiduciária	20.041	-
Total de empréstimos e financiamentos			32.154	17.586
Circulante			2.974	5.726
Não circulante			29.180	11.860
Por data de vencimento			31/12/2025	31/12/2024
Em até 6 meses			1.649	3.376
De 6 meses a 1 ano			1.325	2.350
De 1 a 2 anos			7.668	2.672
De 2 a 3 anos			7.670	2.673
De 3 a 4 anos			7.673	2.674
Acima de 4 anos			6.169	3.841
Total de empréstimos e financiamentos			32.154	17.586

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Vide demonstrativo acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não se aplica.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não há restrições impostas ao emissor.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Não se aplica.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e fluxo de caixa

Demonstração do Resultado

No exercício de 2025 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R\$ 420.460 mil, contra R\$ 380.752 mil em 2024, apresentando, portanto, um aumento de 10,43%.

As vendas internas atingiram R\$ 380.895, representando 90,59% da ROL, com aumento de 10,24% em relação à 2024. As vendas externas totalizaram R\$ 38.565 mil, atingindo 9,41% da ROL, importando num aumento de 12,32% em relação ao desempenho de 2024.

O resultado líquido consolidado da Companhia ficou positivo em R\$ 64.448 mil, representando 15,33% da ROL. Em 2024, a Companhia registrou um lucro de R\$ 58.732 mil, equivalente a 15,43% da ROL.

O EBITDA ficou positivo em R\$ 101.710 mil, com aumento de 11,18% sobre o resultado obtido em 2025. O indicador EBITDA está adequado a instrução CVM 156 de junho de 2022, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Fluxo de caixa

Em 2025 o fluxo de caixa das atividades operacionais ficou positivo em R\$ 98.320 mil, contra R\$ 104.457 mil, no mesmo período do exercício anterior. A variação do caixa líquido pelas atividades operacionais representou uma redução de 5,87% em 2025 com relação a 2024. A Companhia realizou um caixa líquido das atividades de investimentos no valor de R\$ -54.697 mil representando um aumento de 326,10% no mesmo período em 2024. Para as atividades de financiamento a variação ficou em 1072,94% em decorrência da captação de empréstimos em 2025.

Por fim, a variação das disponibilidades de caixa e equivalentes teve um aumento de R\$ 1.041 mil em 2025 para R\$ -5.124 no exercício findo de 2024.

2.2. Comentários sobre:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No setor automotivo, o mercado de montadoras apresentou um crescimento de 5,34%. O mercado de reposição, por sua vez, registrou um aumento de 7,00%. Já o mercado externo teve um avanço significativo de 42,93%, enquanto as vendas para o mercado ferroviário cresceram 12,93%. Além disso, o setor agrícola também obteve um crescimento significativo de 53,93%. E setor não automotivo cresceu significativamente em 85,28%.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2025 os principais índices de consumo de matérias-primas tiveram as seguintes variações e que influenciaram no CPV:

- Energia Elétrica: 5,06 %
- Matéria Prima Fundição: 15,44%
- Matéria Prima Usinagem: 21,25%

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Além dos impactos pela variação cambial das exportações, o aumento das receitas se justifica com aumento do share, bem como desenvolvimento de novos produtos que a garantiu as performances atingidas.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No último ano, a Companhia registrou aumento significativos no custo de aquisição de insumos, justificado pelas variações de preços na cadeia de suprimentos.

2.3. Comentários sobre:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Não se aplica.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não se aplica.

2.4. Efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não há.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não há.

c. eventos ou operações não usuais

Nada a destacar.

2.5. no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda):

a. informar o valor das medições não contábeis

Não se aplica.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Não se aplica.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Não se aplica.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não se aplica

2.7. comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem:

a) Os prejuízos acumulados;

b) A provisão para o Imposto de Renda;

c) A participação da Diretoria, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 152 da

Lei nº 6.404/76, desde que tal atribuição e sua proporção sejam aprovadas na Assembleia Geral Ordinária que determinar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Aos resultados verificados no exercício, após as deduções previstas no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76, do Estatuto Social será dada a seguinte destinação:

- a) Absorção de ajustes de exercícios anteriores e a realização de reservas de reavaliação e custo atribuído;
- b) Constituição de reserva de incentivos fiscais;
- c) 5% (cinco por cento) para constituição de reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do Capital Social;
- d) Importância, quando necessária e devidamente justificada pelos administradores, para a formação de reservas para contingências;
- e) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendos às ações.
- f) Quanto a saldo que se verificar, depois das deduções acima, o Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, distribuição aos acionistas ou sua destinação para a constituição de uma Reserva para Investimentos e Capital de Giro, que terá por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos ao capital de giro, para amortização de dívidas. Esta reserva, em conjunto com as demais, não poderá exceder ao valor do Capital Social e poderá ser utilizada na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações ou na incorporação ao Capital Social.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

Anual

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não se aplica.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não se aplica.

2.8. Descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não se aplica.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. contratos de construção não terminada

Não se aplica.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não se aplica.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica.

b. natureza e o propósito da operação

Não se aplica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

2.10. Principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos previstos para o ano de 2026 destinam-se a investimentos significativos inovação e modernização no parque fabril. O objetivo principal desses investimentos é aumentar a capacidade de produção, o que deverá resultar em um aumento de receita e em uma maior participação no mercado. Os valores previstos correspondem a aproximadamente R\$ 41.917 mil.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos planejados para 2026 serão financiados parcialmente com capital próprio e parcialmente com recursos de terceiros já captado pela Companhia, conforme previamente aprovado em reunião do Conselho de Administração em 08 de dezembro de 2025.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não tem previsão de desinvestimentos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há nenhum fato a comentar.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Estas divulgações são feitas anualmente nas convenções de vendas que a Companhia realiza internamente, abrangendo os novos produtos que serão disponibilizados para o mercado no

transcorrer de cada exercício social, os quais não são divulgadas de forma antecipada para o mercado.

ii. **montantes totais gastos pelo emissor para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Em 2025 foram investidos R\$ 3.791 mil em desenvolvimento de novos projetos/ferramentais de novos produtos.

iii. **projetos em desenvolvimento já divulgados**

A Companhia adota como política não divulgar de forma antecipada os projetos e produtos que estão em processo de desenvolvimento.

iv. **montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os investimentos aplicados em desenvolvimento de novos produtos, em 2024, totalizaram R\$ 1.066 mil.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

No ano de 2025, a **Metalúrgica Riosulense S.A.** publicou seu primeiro **Relatório de Sustentabilidade**, elaborado com base nas diretrizes da **Global Reporting Initiative (GRI)**, reforçando seu compromisso com a transparência e a gestão responsável.

Desde 2023, a empresa tem certificação do **Sistema de Gestão Ambiental** em conformidade com a norma **ISO 14.001**. Para atender aos requisitos dessa certificação, foram realizados investimentos significativos, assegurando o cumprimento dessa etapa inicial e garantindo sua renovação em 2025.

Além disso, a RIO dispõe de uma **política interna estruturada de ASG (Ambiental, Social e Governança)**, com o objetivo de alinhar-se às expectativas do mercado e fortalecer seu compromisso com a adoção e a manutenção das melhores práticas sustentáveis e de governança corporativa.

Listamos a seguir algumas iniciativas promovidas pela Companhia:

I. Projetos Sociais:

- **Infraestrutura cedida à comunidade:** A Metalúrgica Riosulense SA disponibiliza seu ginásio e campo de futebol para a Prefeitura Municipal para a realização de jogos e cursos voltados à população de Rio do Sul, promovendo o acesso ao esporte e à educação.
- **Programa jovem aprendiz:** Desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o programa tem como objetivo capacitar jovens a partir de 14 anos para ingressarem no setor industrial. Dessa forma, além do conhecimento teórico adquirido em sala de aula, os participantes têm a oportunidade de vivenciar, na prática, atividades relacionadas às áreas administrativa, de engenharia e de produção na Metalúrgica Riosulense S.A., proporcionando uma formação profissional qualificada e alinhada às demandas do mercado.
- **Programa de Reintegração Social e Inclusão:** A Metalúrgica Riosulense S.A. desenvolve ações de reintegração social por meio da parceria com o sistema prisional, proporcionando oportunidades de trabalho a detentos em processo de ressocialização. Atualmente, entre 80 e 110 apenados são contratados e recebem remuneração, sendo os valores distribuídos entre o próprio trabalhador, sua família e o Estado.
Além disso, a RIO adota políticas de inclusão e diversidade, promovendo a contratação de egressos do sistema prisional, trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica e pessoas com deficiência (PCDs), sempre garantindo o respeito à diversidade social e à equidade no ambiente de trabalho.
- **Segurança e Saúde do Trabalhador:** A Companhia mantém um compromisso contínuo com a segurança e o bem-estar de seus colaboradores. Como resultado das medidas preventivas e das boas práticas adotadas, não houve registro de acidentes graves em 2025. Adicionalmente, a companhia assegura a conformidade com as normativas vigentes, incluindo

a adequação de suas máquinas e equipamentos aos requisitos da Norma Regulamentadora NR12, garantindo um ambiente de trabalho seguro e em conformidade com as exigências legais.

- **Manual da Qualidade de Fornecedores e Código de Conduta Ética:** A Metalúrgica Riosulense SA adota um **Manual da Qualidade de Fornecedores**, no qual estabelece que todos os parceiros e fornecedores devem atuar em conformidade com o **Código de Conduta Ética** da empresa. Esse código é fundamentado nos princípios institucionais do RIO, que valorizam **Inovação, Excelência, Respeito, Simplicidade em Equipe, Ética e Fé entre todos**. Dentre as diretrizes essenciais do código, destacam-se a **nomeação do trabalho infantil e do trabalho proposto ou análogo à escravidão**, o cumprimento específico da legislação vigente, das normas reguladoras e das políticas internas da empresa, bem como o respeito à diversidade e à equidade nas relações profissionais. Dessa forma, a RIO reafirma seu compromisso com a integridade, a responsabilidade social e a conduta ética em todas as suas operações e parcerias.
- **Compromisso com um Ambiente de Trabalho de Excelência:** A Metalúrgica Riosulense S.A. orgulha-se de possuir a certificação Great Place to Work (GPTW), um reconhecimento internacional que atesta a qualidade do ambiente organizacional e a satisfação de nossos colaboradores. Essa certificação reflete nosso compromisso contínuo com a valorização das pessoas, o respeito à diversidade, a promoção do bem-estar e o desenvolvimento profissional de nossos times.
A obtenção do selo GPTW demonstra que nossos esforços para fortalecer uma cultura corporativa baseada em ética, inovação, respeito e colaboração estão alinhados com as melhores práticas de gestão de pessoas. Seguimos investindo na melhoria contínua do ambiente de trabalho, promovendo ações voltadas à segurança, inclusão, saúde ocupacional e engajamento dos colaboradores, consolidando a RIO como uma empresa que prioriza o capital humano e o crescimento sustentável.

II. Meio Ambiente

Compromisso Ambiental e Sustentabilidade da Metalúrgica Riosulense SA

- **Certificação Ambiental:** A Metalúrgica Riosulense S.A. possui a certificação **ABNT NBR ISO 14001**, que estabelece os requisitos para um Sistema de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, e afirmando o compromisso da empresa com a preservação do meio ambiente e a conformidade com as melhores práticas globais.
- **Autossuficiência Hídrica e Gestão de Recursos Hídricos**
A RIO dispõe de uma **Estação de Tratamento de Água (ETA)**, responsável pelo tratamento integral da água bruta captada e utilizada em seu parque fabril. O processo inclui a potabilização para consumo humano e a filtração para utilização nos processos produtivos. O controle de qualidade é rigorosamente realizado, garantindo a conformidade com os padrões exigidos pela legislação vigente. A outorga de direito de uso da água bruta é concedida pela **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDE)**, com validade de 10 anos. Em períodos de escassez no abastecimento da rede municipal, a Companhia já forneceu água potável à comunidade local.
- A empresa também opera uma **Estação de Tratamento de Efluentes (ETE)**, composta por um sistema que realiza o tratamento de águas residuais de origem industrial e sanitária por meio de processos físico-químicos e biológicos. Todos os efluentes gerados nos processos fabris, bem como os provenientes de instalações sanitárias e cozinhas, são devidamente tratados e reutilizados, garantindo o descarte responsável e sustentável. Além disso, a qualidade das águas subterrâneas é monitorada periodicamente por meio da análise de poços de monitoramento distribuídos ao redor do parque fabril, assegurando que não haja impactos ambientais adversos.
- **Monitoramento da Qualidade do Ar**
A empresa realiza anualmente o monitoramento da qualidade do ar, por meio de análises das emissões atmosféricas geradas no processo produtivo e do controle da qualidade do ar atmosférico nas áreas próximas à empresa, garantindo o atendimento à legislação ambiental vigente.
- **Gestão de Resíduos e Economia Circular**
A Companhia adota um modelo de **gestão de resíduos** baseado no conceito dos **3R's (Reduzir, Reutilizar e Reciclar)**, com a implementação da **coleta seletiva** e a destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.
- **Madeiras:** Toda madeira resultante do processo produtivo é destinada para reuso por parceiros devidamente licenciados.
- **Areia Descartada de Fundição (ADF):** A RIO é pioneira no reaproveitamento de **100% da ADF**, utilizando-a na fabricação de artefatos de concreto, promovendo a circularidade dos resíduos industriais.

- **Logística Reversa de Embalagens:** A empresa realiza a **logística reversa de 50% das caixas laranjas distribuídas no mercado**, superando a obrigação legal, que determina o percentual mínimo de 30%, contribuindo para o aumento da taxa de reciclagem no país.
- **Projetos de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental**
- **Plantio Comemorativo:** Desde 2002, a RIO realiza anualmente o **Projeto Plantio Comemorativo**, no qual colaboradores que completam cinco anos de empresa plantam mudas de árvores nativas dentro do próprio terreno da companhia. A ação ocorre preferencialmente em setembro, em alusão ao Dia da Árvore, reforçando o compromisso da empresa com a conservação ambiental.
- **Gestão Responsável de Matérias-Primas:** A empresa se compromete a atuar de forma socialmente responsável, abstendo-se de adquirir **Minerais de Conflito** da **República Democrática do Congo** ou de países adjacentes que possam financiar ou beneficiar grupos armados. Todos os fornecedores da empresa devem garantir que os produtos fornecidos sejam certificados como **"Livres de Conflito"**.
- **Gestão Energética e Uso de Energia Renovável**
- **Subestação Elétrica:** Como uma empresa de alto consumo energético, a RIO está desenvolvendo um **projeto de subestação elétrica**, em parceria com três empresa da região, que beneficiará a comunidade ao descentralizar o consumo da rede principal, melhorando a distribuição de energia na região.
- **Uso de Energia Renovável:** A RIO já utiliza **energia proveniente de fontes renováveis** e, a partir de 2025, adquirirá os certificados internacionais **I-RECs**, garantindo o reconhecimento oficial do uso de **100% de energia renovável**, contribuindo para a sustentabilidade e para o desenvolvimento do mercado de energias limpas.
- **Projeto Interno de Reciclagem - RECICLA RIO**
Em 2024, a empresa lançou o **Projeto RECICLA RIO**, uma iniciativa sustentável voltada aos colaboradores, oferecendo um meio adequado para o descarte de resíduos gerados fora do ambiente corporativo. São aceitos materiais como **óleo de cozinha, lâmpadas, pilhas e baterias**, que são encaminhados para reciclagem por meio de parceiros devidamente licenciados, evitando impactos ambientais negativos decorrentes do descarte inadequado.
- **Inventário de Carbono**
Reconhecendo a importância da gestão de suas emissões de **Gases de Efeito Estufa (GEE)**, a RIO iniciou em 2024 a elaboração de seu **primeiro inventário de carbono**, referente ao ano de 2023. Esse levantamento fornecerá uma base para quantificar as emissões, identificar suas principais fontes e desenvolver estratégias para reduzir o impacto ambiental das operações da empresa.
- **Gestão de Fornecedores e Economia Circular**
A RIO busca constantemente parcerias sustentáveis, priorizando fornecedores alinhados às práticas ambientais responsáveis. Atualmente, a empresa possui fornecedores de **ferro-gusa zero carbono**, além de manter **práticas de economia circular** em constante evolução. Um exemplo é a parceria com empresas da região, onde os resíduos de sucata metálica gerados por terceiros são reaproveitados como matéria-prima no processo produtivo da RIO, promovendo um modelo industrial mais sustentável.
Com essas iniciativas, a Metalúrgica Riosulense S.A. reafirma seu compromisso com a **sustentabilidade, a responsabilidade ambiental e a inovação**, consolidando sua posição como uma empresa que adota **práticas de gestão ambiental eficientes e alinhadas às melhores diretrizes globais**.

III. Governança:

Governança Corporativa e Compromisso com a Transparência

- **Conselho de Administração com Representatividade:** A Metalúrgica Riosulense S.A. possui um Conselho de Administração que inclui **representação de acionistas minoritários**, assegurando a pluralidade de opiniões e a governança participativa. Além disso, **40% dos assentos do Conselho são ocupados por mulheres**, reforçando o compromisso da empresa com a diversidade e a equidade de gênero em sua alta liderança.
- **Satisfação do Cliente e Qualidade dos Produtos:** A RIO mantém **baixos índices de reclamações de consumidores** e de acionamento de garantias de produtos, refletindo a alta qualidade de seus processos produtivos e o atendimento eficiente às necessidades do mercado.
- **Gestão e Transparência na Cadeia Produtiva:** A empresa adota um rigoroso processo de seleção e monitoramento de fornecedores, garantindo que todos os parceiros atendam aos padrões de conformidade e qualidade exigidos. São realizadas **auditorias periódicas**, e os fornecedores passam por um **processo de aprovação**, reforçando a transparência e a responsabilidade em toda a cadeia produtiva.

- **Proteção de Dados e Privacidade:** A RIO assegura a proteção de dados e a privacidade das informações em conformidade com a legislação vigente. Para isso, realiza **treinamentos periódicos** com suas equipes e promove **adequações internas e externas** em todos os seus canais digitais, garantindo a segurança e a confidencialidade das informações.
- **Código de Ética e Canal de Denúncias:** A empresa adota um **Código de Ética** que orienta a conduta de seus colaboradores, fornecedores e demais stakeholders, assegurando a integridade e a transparência em suas relações corporativas. Além disso, disponibiliza um **Canal de Denúncias** seguro e confidencial, por meio do qual é possível relatar eventuais irregularidades, garantindo o cumprimento das normas éticas e o fortalecimento da governança corporativa.

2.11. Fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores com influências relevantes.

7. Assembleia geral e administração

7.3 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

A Administração propõe aos acionistas que, na Assembleia Geral Extraordinária, convocada para o dia 30 de abril de 2026 para que sejam eleitos os membros do Conselho fiscal, para um mandato de 1 ano.

Para este mantando/eleição, a Administração está propondo 3 (três) membros para Conselho Fiscal, sendo: 2 (dois) membros indicados pelo controlador, (1) um que representará minoritários.

No quadro abaixo, seguem as informações relativas aos nomes indicados pelos Acionistas Controladores, bem como informações do nome a ser indicado para representar os acionistas minoritários, para o Conselho de Fisco006C:

Candidatos para conselho fiscal pelo controlador:

Metalúrgica Riosulense S.A.

ITENS 7.3 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

7.3 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte
Aldo Kaestner	10/07/1964	Administrador de Empresas e Técnico em Contabilidade	564.294.369-34
Cargo Eletivo Indicado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato
Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027
Data do início do Primeiro Mandato	Indicação se é Membro Independente	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
16/06/2025	Não	Sim	
Experiência Profissional			
FORMAÇÃO ACADEMICA:			
▪ Formação a nível de Especialização e Pós-Graduação: ▪ Curso de Especialização em Reinvenção de Negócios – Programa Integrado de Reinvenção da Indústria (PRIORI)			

- Curso de Mestrado em Administração – Gestão Moderna de Negócios
- Curso de Especialização em Comércio Exterior e Negociações Internacionais
- Curso de Especialização em Administração de Recursos Humanos
- Formação a nível de Graduação:
- Bacharel em Administração de Empresas - CRA/SC 8532

Curso de Administração de Empresas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:

- Sindicato das Indústria Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Rio do Sul - SIMMMERS Ramo: Entidade de Classe e Sindical Cargo: Gerente Executivo Obs: acumula a gerência executiva do SINFIATEC, SINDUSCON, SIMARS e ASPI (desde 2024) Período: desde 1987 Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC Ramo: Entidade de Classe e Sindical Cargo: Relações Institucionais da Vice-Presidência Regional – Alto Vale do Itajaí Período: desde 2024
- Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí Ramo: Educacional Cargo: Professor / Assessor de Extensão (Propexi) Período: desde 1992 6.2. Experiência Anterior
- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Ramo: Educacional Cargo: Professor (Marketing – Técnico em Vestuário – 2º semestre/2000)
- Colégio Estadual Tereza Cristina Ramo: Educação Atividade: Professor de Matemática (ACT) Período: junho/90 a dezembro/90 fevereiro/91 a dezembro/91
- Empresa: Berlim Alimentos Ltda. Ramo: Indústria de Alimentos Atividade: Encarregado Departamento Financeiro Período: dezembro/86 a junho/87
- Empresa: Fundação Educacional do Alto Vale do Itajaí Ramo: Educacional Atividade: Contabilidade e Pessoal Período: março/85 a novembro/86
- Empresa: Despachante e Contabilidade União Ramo: Contábil e Despachante Atividade: Contabilista Período: junho/84 a fevereiro/85

Declaração de Eventuais Condenações

ALDO KAESTNER não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 — Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Candidato ora indicado não participa de qualquer Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração.

7.5 - Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau:

a. administradores da Companhia.

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há.

7.6 — Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia.

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Metalúrgica Riosulense S.A.

ITENS 7.3 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

7.3 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte
CÉSAR MACHADO	25/06/1958	Contador	358.719.979-53
Cargo Eletivo Indicado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato
Conselho Fiscal (suplente)	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027
Data do início do Primeiro Mandato	Indicação se é Membro Independente	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
16/09/2025	Não	Sim	
Experiência Profissional			
FORMAÇÃO ACADEMICA • Mestrado em Administração: Gestão Moderna de Negócio - Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, Brasil. Título: Investimentos Sociais Realizados por Organizações Empresariais de Rio do Sul e suas Repercussões na Comunidade. 2004. • Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial e Finanças. Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, Brasil. 1998. • Graduação em Ciências Contábeis. Faculdade Católica de Administração e Economia, FCAE, Curitiba – PR Brasil. 1984. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: • Coordenador do Curso de Ciências Contábeis na UNIDAVI – Centro Universitário para Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Rio do Sul – Santa Catarina. • Professor Universitário na UNIDAVI – Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí. Rio do Sul – Santa Catarina. 1989 - • Contador na empresa Induma S/A Indústria de Papel e Papelão, Rio do Sul – Santa Catarina. 1988 - 2018 • Contador na empresa Águas Negras S/A Indústria de Papel, Rio do Sul - Santa Catarina. • Contador na empresa Hergen S/A Máquinas e Equipamentos, Rio do Sul – Santa Catarina. • Contador da Cooperativa Regional Agropecuária Vale do Itajaí, Rio do Sul – Santa Catarina. 1986 - 1988			
Declaração de Eventuais Condições			

CÉSAR MACHADO não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 — Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Candidato ora indicado não participa de qualquer Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração.

7.5 - Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau:

a. administradores da Companhia.

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há.

7.6 — Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia.

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Metalúrgica Riosulense S.A.

ITENS 7.3 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

7.3 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte		
MATHEUS ERUSTES DOMINGUES	19/02/1993	Advogado	411.388.688-17		
Cargo Eletivo Indicado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato		
Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027		
Data do início do Primeiro Mandato	Indicação se é Membro Independente	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
16/06/2025	Não	Sim			
Experiência Profissional					
Assis Lira Advogados e McNaughton, Pires e Erustes Advogados (2017-2025) Atuação estratégica em contencioso tributário, com experiência em processos administrativos (PER/DCOMP, autos de infração) e judiciais envolvendo tributos federais, estaduais e municipais. Forte atuação consultiva na interpretação da legislação, elaboração de pareceres e planejamento tributário. Especialista em reestruturação societária e tributos indiretos (PIS, COFINS, ICMS e ISS). Formação contábil aplicada ao compliance, com domínio técnico em EFD-Contribuições, ECF e DCTF. Integração com áreas contábil e fiscal, com foco em conformidade com o SPED e gestão eficiente de passivos tributários.					
Declaração de Eventuais Condenações					
MATHEUS ERUSTES DOMINGUES não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.					

7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Candidato ora indicado não participa de qualquer Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração.

7.5 – Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau:

a. administradores da Companhia.

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há.

7.6 — Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia.

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Metalúrgica Riosulense S.A.

ITENS 7.3 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

7.3 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte
Igor Galiano Aguiar	14/05/2001	Economista	475.581.928-89
Cargo Eletivo Indicado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato
Conselho Fiscal (suplente)	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027
Data do início do Primeiro Mandato	Indicação se é Membro Independente	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
16/06/2025	Não	Sim	
Experiência Profissional			
Stefanini Group – Maior empresa de tecnologia brasileira. M&A e Estratégia corporativa São Paulo, SP 2023-2025 • Execução completa de transações de M&A, com análise financeira detalhada, construção de modelos financeiros para avaliação de aquisições e elaboração de apresentações estratégicas para comitês de investimento. Atuação direta nas negociações e execução das transações de aquisição, sempre com foco em mitigação de riscos financeiros e maximização do retorno estratégico. • Desenvolvimento e implementação da tese de investimentos para 7 verticais de negócio: Consultoria de Tecnologia, Automação Industrial, Software Bancário, Dados & Inteligência Artificial, Cibersegurança, Software para Varejo e Marketing Digital, alinhando as aquisições ao perfil estratégico da empresa. • Avaliação financeira e estratégica das empresas-alvo, utilizando métodos como fluxo de caixa descontado (DCF), múltiplos de mercado e transações comparáveis, sempre com foco em garantir a adequação estratégica e a saúde financeira das aquisições. • Identificação e prospecção ativa de alvos de aquisições, com foco em encontrar empresas que ofereçam oportunidades de crescimento sustentado e sinergias operacionais, mitigando riscos e maximizando o valor agregado a cada transação. • Gestão estratégica e financeira dos investimentos, com acompanhamento contínuo da performance das empresas adquiridas, utilizando relatórios financeiros detalhados para monitorar a execução de planos de integração e garantir a eficiência operacional e o cumprimento das metas financeiras. • Construção e atualização de modelos financeiros, com foco na avaliação da solidez financeira das empresas e na identificação de riscos potenciais durante o processo de due diligence, utilizando análises de sensibilidade para mapear diferentes cenários e assegurar decisões informadas. • Monitoramento das atividades de due diligence, realizando uma análise aprofundada dos riscos operacionais, financeiros e legais, e implementando estratégias de mitigação para garantir que os termos da transação fossem adequados e sustentáveis a longo prazo. • Participação ativa em processos de M&A nas regiões de EMEA, LATAM, NA e APAC, com a realização de 10 transações de destaque, sendo: • 1 na Itália • 2 na Colômbia • 1 nos Estados Unidos • E o restante no Brasil. • Estruturação e negociação de documentos legais e comerciais, como NDA, MOU, LOI, SPA, além de propostas comerciais (NBOs, BOs) para alvos de investimento, garantindo que as cláusulas contratuais fossem alinhadas à mitigação de riscos financeiros e operacionais. Albatross Financial Services M&A São Paulo, SP 2020-2022 • Execução completa de transações de M&A, conduzindo pesquisas setoriais detalhadas e análises financeiras			

complexas para identificar oportunidades de mercado e estruturar transações vantajosas. Desenvolvimento de modelos financeiros robustos e valuations precisos para avaliação de empresas-alvo, com foco em mitigação de riscos e maximização de valor.

- Construção de materiais estratégicos, como CIM (Confidential Information Memorandum) e teasers, para apoiar o processo de venda de empresas, destacando os pontos fortes das transações e preparando apresentações para investidores nacionais e internacionais, bancos de investimentos e fundos. Participação ativa nas negociações e execução das transações.
- Consultoria estratégica no setor de agronegócio, com foco na venda de empresas e reestruturação de negócios.
- Gestão de relações com investidores e stakeholders estratégicos, tanto no Brasil quanto no exterior, com o objetivo de estabelecer parcerias e apoiar a captação de recursos. Prospecção ativa de novos investidores e fontes de financiamento para viabilizar as transações e projetos de longo prazo.
- Criação e atualização de modelos financeiros, como fluxos de caixa descontados (DCF) e múltiplos de mercado, fornecendo as bases para as decisões de investimento e avaliação de aquisições. Estruturação de transações e due diligence minuciosa para garantir a conformidade e viabilidade das aquisições.
- Consultoria financeira para hospitais, distribuidores de autopeças, empresas alimentícias e indústrias, oferecendo suporte estratégico e financeiro para otimização de processos, expansão de operações e identificação de novas oportunidades de mercado.

Declaração de Eventuais Condenações

IGOR GALIANO AGUIAR não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Candidato ora indicado não participa de qualquer Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração.

7.5 – Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau:

a. administradores da Companhia.

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há.

7.6 — Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social. Não há.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia.

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Candidatos para conselho fiscal pelos minoritários:

Metalúrgica Riosulense S.A.

ITENS 7.3 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

7.3 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte		
Fernanda Helena Carvalho Gonçalves da Silva	27/02/1987	Advogada e contadora	109.794.457-36		
Cargo Eletivo Indicado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato		
Conselho Fiscal	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027		
Data do início do Primeiro Mandato	Indicação se é Membro Independente	Indicação se foi Eleito pelo Controlador			
16/06/2025	Sim	Não			
Experiência Profissional					
▪ Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), concluiu estudos avançados em Direito Internacional, Empresarial e Integração Econômica Internacional na Universidade de Coruña (Espanha) e especialização em Direito Tributário. ▪ Possui formação complementar em Normas Internacionais de Auditoria Financeira pela Controladoria -Geral da União (CGU), Formação e Desenvolvimento de Conselheiro pela Fundação Dom Cabral (FDC) e pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Administração e Negócios pela London School of Economics and Political Science (LSE), Skills for Green Transition — University of Cambridge Judge Business School (CJBS), Governança Corporativa pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Atuação em Conselhos Fiscais em Cooperativa de Crédito pelo Banco Central do Brasil. ▪ Com vasta experiência nas áreas de direito societário (Mercado de Capitais), empresarial e registral atua como consultora em sustentabilidade, compliance, análise horizontal de riscos financeiros e regulatórios, due diligence em setores altamente regulados e estruturas financeiras (operações com derivativos). ▪ Atualmente é Membro Titular do Conselho Fiscal da D1000 Varejo Farma Participações S.A., Membro da Comissão de Mercado Financeiro da OAB/RJ e do CRC/RJ, do Comitê Técnico de Assuntos de Sustentabilidade do Instituto dos Contadores do Brasil e professora na Revista Capital Aberto.					
Declaração de Eventuais Condenações					
FERNANDA HELENA CARVALHO GONÇALVES DA SILVA não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.					

7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Candidato ora indicado não participa de qualquer Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração.

7.5 – Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau:

a. administradores da Companhia.

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há.

7.6 — Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia.

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

Metalúrgica Riosulense S.A.

ITENS 7.3 7.6 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

Candidato Indicado ao Conselho Fiscal

7.3 Dados Cadastrais e experiência profissional:

Nome	Data de Nascimento	Profissão	CPF ou Passaporte
Gisélia da Silva	30/12/1961	Advogada	390.708.590-68
Cargo Eletivo Indicado	Data de Eleição	Data de Posse	Prazo do Mandato
Conselho Fiscal (suplente)	30/04/2026	30/04/2026	AGO 2027
Data do início do Primeiro Mandato	Indicação se é Membro independente	Indicação se foi Eleito pelo Controlador	
16/06/2025	Sim	Não	
Experiência Profissional			

Advogada (PUC-RS), pós-graduada em Marketing (ESPM - SP), L.L.M. em Direito Societário (INSPR - SP), Pós-MBA Advanced Boardroom Program for Women (SAINT PAUL ESCOLA DE NEGÓCIOS, com módulo internacional na COLUMBIA UNIVERSITY - USA), Pós-graduação em Neurociência e Comportamento (PUC/RS - sem TCC). Mediadora Privada (MEDIATIVA - Instituto de Mediação Transformativa) e Conselheira Certificada (pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa — IBGC (2018), recebeu o Board of Directors Certificate pela HARVARD BUSINESS SCHOOL — HBS (2023), e integrou o LATIN AMERICAN COMPANIES CIRCLE ON CORPORATE GOVERNANCE, iniciativa IFC/BANCO MUNDIAL e OCDE (2007 a 2017). Sócia fundadora da GIS DS TREINAMENTO E ASSESSORIA, consultoria especializada em governança e mentoria para conselheiros, membros de Comitês e Governance Officers. Coach formada pelo ICI-INTEGRATED COACHING INSTITUTE, atuou com Mentora no Programas Elas na Indústria (FIESP) e no Comitê 80 em 8 (MULHERES DO BRASIL). Desde 2017, é membro do Comitê de Auditoria da COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (grupo PAO DE AGUCAR) e do Comitê Gestor do Rating Inteira de Entidades Esportivas (INSTITUTO ETHOS, COB, CPB, PACTO PELO ESPORTE). Foi membro independente do Conselho de Administração da Eletronorte (2018-2023), da CGT ELETROSUL (2021-2022) e da AMAZONAS GT (2018-2021); membro do Comitê de Auditoria da VIA (2019-2020); e Membro Suplente do Conselho Fiscal da Sabesp (2020-2021). Participou de diversas Jornadas Técnicas promovidas pelo IBGC na Europa, Ásia e Estados Unidos, e foi executiva do setor de energia por mais de 20 anos. Atualmente, participa do Projeto Gestão Hospitalar RS, que visa apoiar a gestão de instituições públicas e filantrópicas no Rio Grande do Sul via PROADI —SUS. Atua como instrutora dos Cursos de Conselheiros de Administração do IBGC, da Fundação Dom Cabral — FDC e da LEGADO E FAMÍLIA EDUCAÇÃO.

Declaração de Eventuais Condenações

GISELIA DA SILVA não tem qualquer condenação criminal, qualquer condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, nem qualquer condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

7.4 – Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

O Candidato ora indicado não participa de qualquer Comitê de Assessoramento do Conselho de Administração.

7.5 – Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco até o segundo grau:

a. administradores da Companhia.

Não há.

b. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, da Companhia.

Não há.

c. (i) administradores da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos da Companhia.

Não há.

d. (i) administradores da Companhia e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas da Companhia.

Não há.

7.6 — Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

a. Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Não há.

b. Controlador direto ou indireto da Companhia.

Não há.

c. Caso seja relevante, fornecedor, cliente devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

8. Remuneração dos administradores

8.1. Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal e dos comitês

A remuneração dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Diretoria Estatutária é fixada pela Assembleia Geral.

a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração corresponde a contraprestação pelo relevante papel exercido na gestão da Companhia.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho fiscal corresponde a contraprestação pelo relevante papel exercido na gestão da Companhia.

Diretoria Estatutária

A remuneração da Diretoria estatutária objetiva contratar e garantir a permanência dos profissionais altamente qualificados na administração da Companhia. A remuneração é composta de pró-labore. O reajuste da remuneração é de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

Diretoria não estatutária

No que tange a remuneração da Diretoria não estatutária, acompanha as práticas de mercado, identificadas através de pesquisas que consideram empresas de porte ou características similares, existindo um alinhamento entre os resultados obtidos e uma boa remuneração aos diretores. A remuneração é reajustada de acordo com o dissídio aprovado na convenção coletiva de trabalho da categoria.

b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório

Os Membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária participam do processo decisório

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A Assembleia não definiu metodologias de cálculo da remuneração que decidir fixar. O cálculo da remuneração fixa da diretoria e do conselho de administração é feita anualmente levando em conta a situação financeira da Companhia.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A avaliação da adequação da política de remuneração é avaliada anualmente.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- **seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor**

O alinhamento se dá na medida em que a remuneração, seguindo os parâmetros de mercado, estimula a manutenção dos melhores talentos, mantém-se compatível com as responsabilidades atribuídas a cada gestor, e estimula a produção de resultados e o alcance de objetivos empresariais conforme o plano estratégico da Companhia

- **sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais**

Remunerar os profissionais de acordo com as responsabilidades do cargo, sua experiência, práticas de mercado e nível de competitividade da Companhia anualmente.

- **sua metodologia de cálculo e de reajuste**

A remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária é reajustada e definida pela Assembleia. A Assembleia de acionistas não definiu metodologias de cálculo e de reajuste para cada elemento da remuneração que decidir fixar. O reajuste da remuneração fixa da diretoria não estatutária é feito anualmente, de acordo com a política salarial dos empregados da Companhia

- **principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG**

Ambiental: certificação ABNT NBR ISO 14001.

Social: LGPD

Governança: Código de ética e canal de denúncia.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existem remunerações suportadas por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado a ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Descrição	Ano	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de Membros	2025	5	2	3	7
Salário ou Pró-labore	2025	4.154.907	3.283.180	175.776	7.613.863
Total da Remuneração	2025	4.154.907	3.283.180	175.776	7.613.863
Nº de Membros	2024	5	2	0	7
Salário ou Pró-labore	2024	3.942.260	3.100.055	0	7.042.260
Total da Remuneração	2024	3.942.260	3.100.055	0	7.042.260
Nº de Membros	2023	5	2	0	7
Salário ou Pró-labore	2023	3.473.240	3.033.220	0	6.506.460
Total da Remuneração	2023	3.473.240	3.033.220	0	6.506.460

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Não há remuneração variável para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Companhia. Quanto à Diretoria Estatutária, existe remuneração variável somente para o Diretor Superintendente. Ressalta-se que o valor da remuneração relativa ao exercício de 2026 já está contemplado nesta proposta.

- a. **órgão:** Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal.
- b. **número de membros:** 10 (Dez)
- c. **número de membros remunerados:** 10 (Dez)
- d. **em relação ao bônus:** Não Aplicável
 - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** Não Aplicável
 - iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** Não Aplicável
- e. **em relação à participação no resultado:**
 - i. **valor mínimo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - ii. **valor máximo previsto no plano de remuneração:** Não Aplicável
 - iii. **valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas:** Não Aplicável
 - iv. **valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais:** Não Aplicável

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

8.5. Em relação à remuneração baseado em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações reconhecida no resultado.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

A Companhia não possui opções em aberto.

8.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

A Companhia não possui opções exercidas e ações entregues.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Não se aplica.

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

Não se aplica.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica.

8.13. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
JULIANA STRAMOSK	-	-	400	0,02	400	0,01
CARLOS HENRIQUE STRAMOSK	715.381	22	210.752	8,45	926.133	15,25
JOSE EDUARDO STRAMOSK	715.381	22	210.752	8,45	926.133	15,25
JOAO STRAMOSK FILHO	715.381	22	210.752	8,45	926.133	15,25
TOTAL	2.933.059	88	632.656	25,37	2.778.799	45,76

DIRETORIA ESTATUTÁRIA						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
LUIS ANTONIO STRAMOSK	71.537	2	-	-	71.537	1,18
TOTAL	71.537	2	-	-	71.537	1,18

CONSELHO FISCAL						
Nome do Acionista	Nº de ações Ordinárias	% Ordin.	Nº de ações Preferenciais	% Pref.	Nº de ações Totais	% Total
FERNANDA HELENA CARVALHO GONÇALVES DA SILVA	0	0	1	0	1	0
TOTAL	0	0	1	0	1	0

8.14. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

Não se aplica.

8.15. Valor da maior, da menor e valor médio da remuneração individual do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, conforme tabela abaixo:

Valores anuais

Descrição	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho fiscal		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Nº de Membros	5	5	5	2	2	2	3	0	0
Nº de Membros Remunerados	5	5	5	2	2	2	3	0	0
Valor da maior remuneração	865.928	821.208	717.360	1.985.684	1.864.618	1.845.820	58.592	0	0
Valor da menor remuneração	691.194	657.430	603.800	1.297.495	1.235.438	1.187.400	58.592	0	0
Valor médio da remuneração	778.561	739.319	660.580	1.641.590	1.550.028	1.516.610	58.592	0	0

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria,

Não há apólices de seguro contratadas que estruturam instrumentos de remuneração ou indenização aos administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2025	2024	2023
Conselho de Administração	55,86%	56,77%	52,82%
Conselho Fiscal	2,31%	0%	0%
Diretoria Estatutária	44,14%	43,23%	47,18%
Total	100,00%	100,00%	100,00%

8.18. Indicação dos valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nenhum membro do Conselho da Administração e da Diretoria Estatutária recebeu da companhia remuneração por quaisquer serviços, razão que não a função que ocupam.

8.19. Indicação dos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica a Companhia.

8.20. Outras informações relevantes:

Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Nos três últimos exercícios, o auditor independente não apresentou ressalvas ou ênfases em seu parecer.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2025:

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Metalúrgica Riosulense S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Metalúrgica Riosulense S.A.** (Companhia) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

. Estoques

De acordo com a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025, saldo no montante de R\$ 105.407 mil (R\$ 97.519 mil em 31 de dezembro de 2024), representando 54% do ativo total individual e consolidado. Em função da relevância do montante envolvido e seus reflexos nas demonstrações financeiras consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada das movimentações de estoques, considerando volumes e valorização. Para avaliarmos e assegurarmos estas movimentações, realizamos testes de reconhecimento, desvalorização, ociosidade, mensuração, custeio, inventário físico, circularização de estoques em poder de terceiros e recálculo dos custos médios. Com base nas informações recebidas e testes efetuados, concluímos que os valores reconhecidos e divulgados são adequados.

. Empréstimos e Financiamentos

De acordo com a nota explicativa 13 – Empréstimos e Financiamentos, a Companhia teve um aumento relevante no saldo de empréstimos e financiamentos, onde no encerramento do exercício de 2025, totalizou o montante de R\$ 32.154 mil (R\$ 17.586 mil em 31 de dezembro de 2024).

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram procedimentos de circularização junto à todas as instituições financeiras as quais a Companhia mantinha transações vigentes em 31 de dezembro de 2025, a obtenção e cruzamento dos saldos contábeis com as informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil no Relatório de Empréstimos e Financiamentos (SCR), recálculo dos saldos e dos juros provisionados em 2025 bem como a revisão dos contratos mais relevantes. Com base nas informações recebidas e testes efetuados, concluímos que os valores reconhecidos e divulgados são adequados.

. Provisão para Contingências

Conforme a nota explicativa 17 – Provisões e Passivos Contingentes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025, saldo no montante de R\$ 30.969 mil (R\$ 35.980 mil em 31 de dezembro de 2024), representando 36% do passivo não circulante total individual e consolidado da Companhia em 2025 e 43% em 2024. Em relação às contingências consideradas pela administração como de probabilidade de perda possível, tiveram redução relevante, onde no encerramento do exercício de 2025, totalizaram o montante de R\$ 26.949 mil (R\$ 92.454 mil em 31 de dezembro de 2024). Em função da relevância da variação, consideramos o assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada das movimentações ocorridas nos registros contábeis de provisão e dos processos classificados como de probabilidade de perda possível, através da obtenção de evidência por meio da realização de procedimento de confirmação externa com todos os advogados responsáveis por processos ativos da empresa e através da análise documental dos processos relevantes encerrados no período. Com base nas informações recebidas e testes efetuados, concluímos que os valores reconhecidos e divulgados são adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Metalúrgica Riosulense S.A.**(Companhia) do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores independentes, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 19 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais

relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2024:

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2024, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. e sua controlada (consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. (Companhia) e da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. e sua controlada (Consolidado) em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a

base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

1. Avaliação dos Estoques, Custos de Produção e Ociosidade

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou saldo de estoques de R\$ 97.519 mil (controladora e consolidado), um aumento significativo em relação ao ano anterior (R\$ 66.202 mil em 2023). Estoques são registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável, e a administração deve avaliar continuamente a necessidade de provisões para perdas devido à obsolescência e ociosidade. O reconhecimento e a mensuração dos estoques são impactados por fatores como a metodologia de custeio, a entrega dos itens, o direcionamento de provisão para estoques obsoletos e a alocação dos custos indiretos de produção.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Avaliamos os métodos de reconhecimento e mensuração dos estoques, incluindo o cálculo do custo médio, o custo de produção e o custo dos produtos vendidos.
- Testamos o controle utilizado nos estoques obsoletos, considerando a política da Companhia.
- Inspecionamos fisicamente os estoques e acompanhamos procedimentos de inventário para verificar a precisão dos registros, de forma amostral.
- Avaliamos a metodologia de alocação dos custos indiretos de produção e a ociosidade fabril.
- Verificamos a adequação das divulgações realizadas nas projeções financeiras.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios e metodologias adotadas pela Companhia para mensuração dos estoques são adequados e estão refletidos, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2. Reconhecimento de Passivos Fiscais Diferidos

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou saldo de passivos fiscais diferidos no valor de R\$ 12.583 mil (controladora e consolidado). Esses passivos decorrem, principalmente, de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais para reconhecimento de determinados ativos e passivos, impactando o imposto de renda e a contribuição social diferida. A correta mensuração e reconhecimento dos passivos fiscais diferidos exclui julgamento da administração sobre a realização futura dessas diferenças temporárias, considerando alterações na legislação tributária, projeção de resultados e reversão de incentivos fiscais. Uma avaliação incorreta pode resultar na sub ou superavaliação dos tributos diferidos, impactando a posição patrimonial e os resultados futuros da Companhia.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Avaliamos os principais componentes dos passivos fiscais diferidos e testamos os cálculos realizados pela Companhia.
- Analisamos a coerência das substituições utilizadas na projeção de reversão das diferenças temporárias.
- Verificamos a conformidade dos critérios de reconhecimento com as normas contábeis aplicáveis e a legislação tributária vigente.
- Avaliamos se as divulgações nas projeções financeiras refletem a composição, origem e expectativa de liquidação dos tributos diferidos.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para reconhecimento dos passivos fiscais diferidos são esperados no contexto das demonstrações individuais e consolidadas.

3. Reconhecimento de Receita de Contratos com Clientes

A Companhia obteve receita operacional líquida de R\$ 380.752 mil (controladora e consolidado) em 2024, apresentando um crescimento em relação ao ano anterior (R\$ 341.433 mil em 2023). A receita é reconhecida conforme a transferência do controle dos produtos aos clientes, podendo ocorrer no momento da entrega ou ao longo do tempo, dependendo da natureza do contrato. A mensuração e o reconhecimento da receita podem envolver julgamentos relacionados ao momento da transferência do controle, existência de cláusulas contratuais específicas e possibilidade de descontos ou descontos concedidos. O risco de reconhecimento indevido da receita pode impactar a correta apresentação do desempenho da Companhia.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos entendimento sobre os processos de venda e reconhecimento de receita da Companhia.
- Avaliamos, com o suporte de especialista, os controles internos relacionados ao faturamento e à entrega dos produtos.
- Testamos, por amostragem, transações de venda para verificar a ocorrência, exatidão e correta alocação temporal.
- Revisamos os contratos de venda para verificar a existência de cláusulas que possam impactar o reconhecimento da receita.
- Analisamos as divulgações nas projeções financeiras planejadas e completas.

Com base nas provas obtidas, consideramos que o reconhecimento das receitas e as respectivas divulgações estão previstas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

4. Provisão para Contingências

A Companhia estabeleceu provisões para contingências no montante de R\$ 35.980 mil (controladora e consolidado) em 2024, um aumento em relação ao ano anterior (R\$ 30.329 mil em 2023). Esses valores estão relacionados principalmente aos processos trabalhistas e tributários. A avaliação das probabilidades de perda e a mensuração das disposições requer julgamento significativo por parte da Administração e de seus assessores jurídicos. Mudanças no entendimento legal, decisões judiciais ou alterações regulatórias podem impactar os valores provisionados.

Como a auditoria conduziu esse assunto:

- Obtivemos e analisamos a lista detalhada dos processos administrativos e judiciais da Companhia.
- Discussões com a Administração e com os assessores jurídicos internos e externos sobre o status dos processos mais relevantes.
- Verificamos a consistência da classificação dos processos quanto à probabilidade de perda (remota, possível ou provável) e a adequação dos valores provisionados.
- Testamos os cálculos das provisões e sua correta apresentação nas demonstrações financeiras.
- Avaliamos se as divulgações nas demonstrações financeiras, contemplando as notas explicativas, refletem os riscos e estimativas envolvidas.

Com base nas evidências obtidas, consideramos que os critérios adotados para reconhecimento e divulgação das contingências são adequados e estão refletidos, em todos os aspectos relevantes, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma citada e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, com emissão de relatório sem modificação de opinião, datado de 16 de fevereiro de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

O auditor independente emitiu o parecer com as seguintes observações em 2023:

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.(Companhia) que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. e sua controlada (consolidado), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. (Companhia) e da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A. e sua controlada (Consolidado) em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Estoques, custos de produção e ociosidade

Conforme a nota explicativa nº 8 - Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2023, saldo de estoques no montante de R\$ 66.202 mil (R\$ 72.476 mil em 31.12.2022) e provisão para estoques obsoletos no montante de R\$ 2.330 em 31.12.2023 (R\$ 781 em 31.12.2022). Desde o segundo trimestre de 2023, a Companhia alterou o critério de cálculo da provisão para perdas decorrentes de estoques obsoletos. O valor mensurado passou a ser de estoque sem movimentação a mais de 24 meses para 15 meses trazendo maior segurança na informação.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria abrangeram a avaliação dos métodos de reconhecimento, mensuração e divulgação dos estoques que estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Para avaliarmos se os itens estão valorados corretamente, testamos o cálculo do custo médio dos estoques, do custo de produção do período, do custo do produto vendido e o cálculo da ociosidade do período, bem como, avaliamos os apontamentos de produção e os critérios de rateio dos gastos indiretos. Efetuamos ainda, acompanhamento dos procedimentos de inventário, bem como inspeção in loco para avaliação da acuracidade dos itens. Consideramos também a adequação das divulgações efetuadas em relação aos estoques.

Com base nas evidências obtidas, concluímos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para mensuração dos valores dos estoques são apropriados em todos os aspectos relevantes nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Investimentos

Conforme detalhado na nota explicativa nº 10, a Companhia possui investimentos em terrenos, edifícios e outras modalidades de investimentos, incluindo participações em coligadas e controladas. O valor total dos investimentos registrados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 69.721 mil (R\$ 68.627 mil em 31.12.2022). A avaliação e mensuração desses investimentos demandam considerações específicas, incluindo a análise de valorização e potencial de retorno associado a cada categoria de investimento.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria englobaram uma análise dos controles internos relacionados à identificação, avaliação e mensuração dos investimentos, assim como a conformidade com as políticas contábeis aplicáveis. Adicionalmente, realizamos testes substantivos para avaliar a precisão e suficiência dos valores registrados, incluindo a revisão dos critérios utilizados para a avaliação dos investimentos e a análise de dados históricos e projeções futuras. Também verificamos se as divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão em conformidade com os requisitos regulatórios, fornecendo informações adequadas sobre a natureza, exposição e valores relacionados aos investimentos.

Com base nas evidências obtidas por meio desses procedimentos, consideramos apropriada a mensuração e divulgação dos investimentos pela Companhia, conforme apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Fornecedores

Conforme detalhado na nota explicativa nº 13, a Companhia tem obrigações relacionadas a fornecedores, que são classificadas como circulantes ou não circulantes dependendo de seus prazos de vencimento. O saldo total dessas obrigações registradas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 15.679 mil (em comparação a R\$ 17.922 mil em 31.12.2022), representando uma redução em relação ao ano anterior na controladora, enquanto no consolidado o saldo era de R\$ 15.958 mil em 31/12/2023 (R\$ 18.233 mil em 31/12/2022). Este saldo é composto por valores de fornecedores de mercadorias e fornecedores de serviços, refletindo as transações de compra de bens e serviços realizadas no curso ordinário das operações da empresa.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Realizamos análise detalhada dos controles internos relacionados ao reconhecimento e mensuração dessas obrigações, garantindo sua conformidade com os princípios contábeis aplicáveis. Além disso, foram conduzidos testes substantivos para verificar a precisão dos saldos apresentados, incluindo revisão das faturas correspondentes, ajustes ao valor presente e cálculos de juros, quando relevantes. Verificamos também a conformidade das divulgações nas demonstrações contábeis, assegurando que fornecessem informações adequadas sobre a natureza e valores dos passivos com fornecedores. Foi realizado também confirmações com terceiros e aging list, sem identificar inconsistências.

Com base nas evidências obtidas por meio desses procedimentos, concluímos que a mensuração e divulgação das obrigações com fornecedores estão em conformidade com os requisitos contábeis e regulatórios aplicáveis.

Empréstimos e Financiamentos

Conforme detalhado na nota explicativa nº 14, a Companhia possui obrigações relacionadas a empréstimos e financiamentos, os quais são divididos entre circulantes e não circulantes, de acordo com seus vencimentos. O valor total dessas obrigações registradas nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 6.909 mil (comparado a R\$ 10.674 mil em 31.12.2022).

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria englobaram testes substantivos, incluindo revisão dos critérios utilizados para avaliação dos empréstimos e financiamentos, análise de dados históricos e projeções futuras. Adicionalmente, verificamos a conformidade dos controles internos relacionados à identificação, avaliação e mensuração desses instrumentos financeiros, garantindo que estivessem alinhados com as políticas contábeis aplicáveis. Além disso, examinamos as divulgações nas demonstrações contábeis para assegurar que estivessem em conformidade com os requisitos regulatórios, fornecendo informações adequadas sobre a natureza, exposição e valores relacionados aos empréstimos e financiamentos. Também realizamos confirmações com terceiros, sem identificação de inconsistências.

Com base nas evidências obtidas por meio desses procedimentos, concluímos que a mensuração e divulgação dos empréstimos e financiamentos pela Companhia foram apropriadas e consistentes com os padrões contábeis e regulatórios aplicáveis.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos na norma citada e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2022

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da METALÚRGICA RIOSULENSE S.A do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, com emissão de relatório sem modificação de opinião, datado de 27 de fevereiro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o

Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou de suas controladas ou cessar suas operações ou de suas controladas, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

ANEXO A

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício

R\$ 64.447.938,09 conforme balanço patrimonial e proposta da administração.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O montante global de dividendos antecipados é R\$ 13.851.815,97, o valor de pagamento por ação é de R\$ 2,1220768089 por ação ON e R\$ 2,5093340525 por ação PN.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

25,64%

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não se aplica

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica, a Companhia não apurará atualizações e juros sobre dividendos e capital próprio.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não se aplica.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Dividendos antecipados – R\$ 13.851.815,97

b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Dividendos antecipados – 12/02/2026

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

2023 – R\$ 54.242.770,46

2024 – R\$ 58.563.794,30

2025 – R\$ 64.447.938,09

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

2023 referência ano 2022 – R\$ 15.721.439,20 sendo que R\$ 7.539.097,25 foi destinado a aumento de capital e R\$ 8.182.341,95 para distribuição por dividendos via compensação.

2024 referência ano 2023 – R\$ 11.740.849,98, sendo que o montante total de R\$ 11.740.849,98 para distribuição por dividendos via compensação.

2025 referência ano 2024 – R\$ 12.393.674,22, sendo que o montante total de R\$ 12.393.674,22 para distribuição por dividendos via compensação.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado a reserva legal

R\$ 2.701.415,47.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

5% do lucro líquido após deduzido o valor destinado a reserva de incentivos fiscais.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Vide item 10.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Sim

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

25% do lucro líquido após as reservas legais.

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

Sim, já pago de forma antecipada na sua totalidade.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não se aplica, nada será retido.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a. Informar o montante da retenção

Não haverá retenção.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c. Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica, nenhum dividendo será retido.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a. Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c. Explicar por que a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d. Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a. Informar o montante destinado a reserva de lucros a realizar

R\$ 37.475.078,00.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Lucro líquido após as reservas legais.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Conforme parágrafo terceiro do art. 28 do Estatuto.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Parágrafo Terceiro - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer destinação, sucessivamente e na seguinte ordem:

- a) Os prejuízos acumulados;
- b) A provisão para o Imposto de Renda;
- c) A participação da Diretoria, respeitados os limites estabelecidos no Artigo 152 da Lei nº 6.404/76, desde que tal atribuição e sua proporção sejam aprovadas na Assembleia Geral Ordinária que determinar sobre a destinação do lucro líquido do exercício.

b. Identificar o montante destinado a reserva

Conforme proposta já enviada.

c. Descrever como o montante foi calculado

Conforme o parágrafo terceiro do art. 28 do Estatuto.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a. Identificar o montante da retenção

Não se aplica não houve qualquer retenção

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Conforme proposta já enviada.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado a reserva

R\$ 10.750.791,44

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de incentivo fiscal é referente ao benefício da subvenção do crédito presumido de ICMS

ANEXO C

AUMENTO DE CAPITAL

1. Informar valor do aumento e do novo capital social

Considerando a necessidade de reinvestimento, a administração propõe o aumento de capital no valor de R\$ 18.737.539,00 (dezoito milhões, setecentos e trinta e sete mil, quinhentos e trinta e nove reais), mediante a capitalização de parte das reservas para investimento e capital de giro.

Nesse sentido, a administração propõe que seja aprovado o referido aumento do capital social, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações, passando o capital social de R\$ 80.371.785,20 (oitenta milhões, trezentos e setenta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos) dividido em 6.072.128 (seis milhões, setenta e duas mil, cento e vinte e oito) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 3.576.903 (três milhões, quinhentas e setenta e seis mil, novecentas e três) ações ordinárias escriturais e 2.495.225 (dois milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, duzentas e vinte e cinco) ações preferenciais escriturais, para R\$ 99.109.324,20 (noventa e nove milhões, cento e nove mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), dividido em 6.072.128 (seis milhões, setenta e duas mil, cento e vinte e oito) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 3.576.903 (três milhões, quinhentas e setenta e seis mil, novecentas e três) ações ordinárias escriturais e 2.495.225 (dois milhões, quatrocentas e noventa e cinco mil, duzentas e vinte e cinco) ações preferenciais escriturais.

2. Informar se o aumento será realizado mediante:

(c) capitalização de lucros ou reservas.

3. Explicar, pormenorizadamente, as razões do aumento e suas consequências jurídicas e econômicas

A capitalização de reservas para investimento e capital de giro para aumento de capital tem como objetivo aprimorar a estrutura do capital social, alinhando-o de forma mais precisa à realidade do patrimônio investido na companhia.

Não identificamos implicações jurídicas no aumento de capital. No aspecto econômico, o custo atribuído às ações foi de R\$ 3,0858274068 por ação, resultando em benefício fiscal para o acionista, conforme disposto no § 1º do Artigo 58 da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.585/15.

4. Fornecer cópia do parecer do conselho fiscal, se aplicável

O Conselho Fiscal da metalúrgica Riosulense SA, em cumprimento às disposições legais do art. 163 da Lei 6.404/76 e no desempenho de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram a proposta de aumento de capital social da Companhia no valor total de R\$ 99.109.324,20 (noventa e nove milhões, cento e nove mil, trezentos e vinte e quatro reais e vinte centavos), sem emissão de novas ações, mediante a capitalização das contas de reservas de lucros (reserva de retenção de lucros), e opinaram, por unanimidade, que referido aumento de capital social está em condição de ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 2026 da Companhia.

5. Em caso de aumento de capital mediante subscrição de ações

Não se aplica

a. Descrever a destinação dos recursos

Não se aplica

b. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não se aplica

c. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não se aplica

d. Informar se a subscrição será pública ou particular

Não se aplica

e. Em se tratando de subscrição particular, informar se partes relacionadas, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, subscreverão ações no aumento de capital, especificando os respectivos montantes, quando esses montantes já forem conhecidos

Não se aplica

f. Informar o preço de emissão das novas ações ou as razões pelas quais sua fixação deve ser delegada ao conselho de administração, nos casos de distribuição pública

Não se aplica

g. Informar o valor nominal das ações emitidas ou, em se tratando de ações sem valor nominal, a parcela do preço de emissão que será destinada à reserva de capital

Não se aplica

h. Fornecer opinião dos administradores sobre os efeitos do aumento de capital, sobretudo no que se refere à diluição provocada pelo aumento

Não se aplica

i. Informar o critério de cálculo do preço de emissão e justificar, pormenorizadamente, os aspectos econômicos que determinaram a sua escolha

Não se aplica

j. Caso o preço de emissão tenha sido fixado com ágio ou deságio em relação ao valor de mercado, identificar a razão do ágio ou deságio e explicar como ele foi determinado

Não se aplica

k. Fornecer cópia de todos os laudos e estudos que subsidiaram a fixação do preço de emissão

Não se aplica

m. Informar os preços de emissão de ações em aumentos de capital realizados nos últimos 3 (três) anos

Não se aplica

n. Apresentar percentual de diluição potencial resultante da emissão

Não se aplica

o. Informar os prazos, condições e forma de subscrição e integralização das ações emitidas

Não se aplica

p. Informar se os acionistas terão direito de preferência para subscrever as novas ações emitidas e detalhar os termos e condições a que está sujeito esse direito

Não se aplica

q. Informar a proposta da administração para o tratamento de eventuais sobras

Não se aplica

r. Descrever pormenorizadamente os procedimentos que serão adotados, caso haja previsão de homologação parcial do aumento de capital

Não se aplica

s. Caso o preço de emissão das ações seja, total ou parcialmente, realizado em bens

i. Apresentar descrição completa dos bens

Não se aplica

ii. Esclarecer qual a relação entre os bens incorporados ao patrimônio da companhia e o seu objeto social

Não se aplica

iii. Fornecer cópia do laudo de avaliação dos bens, caso esteja disponível

Não se aplica

6. Em caso de aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas

a. Informar se implicará alteração do valor nominal das ações, caso existente, ou distribuição de novas ações entre os acionistas

O aumento de capital ora proposto não implicará em alteração do valor nominal das ações da Companhia, tendo em vista que as ações emitidas pela Companhia não possuem valor nominal, conforme disposto no artigo 5º de seu Estatuto Social; e não ensejará distribuição de novas ações.

b. Informar se a capitalização de lucros ou reservas será efetivada com ou sem modificação do número de ações, nas companhias com ações sem valor nominal

O aumento de capital mediante capitalização de reservas para investimento e capital de giro será efetivado sem modificação do número de ações, nos termos do artigo 169, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

c. Em caso de distribuição de novas ações

Não se aplica.

i. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não se aplica.

ii. Informar o percentual que os acionistas receberão em ações

Não se aplica.

iii. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não se aplica.

iv. Informar o custo de aquisição, em reais por ação, a ser atribuído para que os acionistas possam atender ao art. 10 da Lei 9.249, de 26 de dezembro de 1995

O custo atribuído às ações é de R\$ 3,0858274068.

v. Informar o tratamento das frações, se for o caso

Eventuais frações, bem como as sobras serão canceladas.

d. Informar o prazo previsto no § 3º do art. 169 da Lei nº 6.404, de 1976

Não se aplica

e. Informar e fornecer as informações e documentos previstos no item 5 acima, quando cabível

Não se aplica

7. Em caso de aumento de capital por conversão de debêntures ou outros títulos de dívida em ações ou por exercício de bônus de subscrição

a. Informar o número de ações emitidas de cada espécie e classe

Não se aplica

b. Descrever os direitos, vantagens e restrições atribuídos às ações a serem emitidas

Não se aplica